

CONCESSÃO DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 07.682.638/0001-07 - NIRE nº 35.300.326.032

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM QUATRO SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A., REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2017

1. **Data, Hora e Local:** Em 17 de abril de 2017, às 10 horas, na sede social da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Heitor dos Prazeres, 320, Vila Sônia ("Companhia"). 2. **Convocação:** Dispensada a convocação por edital, na forma do §4º, do artigo 24, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, a "Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista que se verificou a presença de debenturista representando 100% (cem por cento) das debêntures em circulação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia adicional fidejussória, em quatro séries da Companhia ("Debenturista" e "Debêntures", respectivamente), que foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação ("Emissão"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (conforme alterada, a "Instrução CVM 476"). 3. **Presença:** Presente o Debenturista representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, conforme se verificou na assinatura da lista de presença dos Debenturistas. Presentes a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante da comunidade de Debenturistas ("Agente Fidejussório") e, ainda, os representantes legais da Companhia. 4. **Mesa:** O representante do Agente Fidejussório propôs aos presentes a eleição do Presidente e da Secretária da Assembleia Geral de Debenturistas para, dentre outras providências, lavrar a presente ata, tendo sido eleitos como Presidente o Sr. Edson Roberto Bueno, e como Secretária a Sra. Julia Raquel de Quiroz Dinamarco. 5. **Ordem do Dia:** Em vista da informação divulgada pela Companhia no âmbito desta Assembleia Geral de Debenturistas de que a Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTP") e a OCR S.A. ("CCR"), suas acionistas diretas, celebraram contrato de compra e venda de ações por meio do qual, mediante cumprimento de determinadas condições, a OCR adquiriu a participação total da OTP na Companhia, equivalente a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia ("Operação"), deliberar acerca (i) mediante conclusão da Operação, assim entendida a efetiva transferência das ações de emissão da Companhia que são objeto da Operação atualmente detidas pela OTP a CCR mediante anotação e registro nos livros de registro e transferência de ações da Companhia ("Conclusão da Operação"), a substituição da obrigação de contratação e de prestação efetiva de garantias pela OTP e/ou por terceiros em seu nome, conforme aplicável nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada com Garantia Adicional Fidejussória, em Quatro Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A., ("Escritura"), na 4ª série da Emissão, por obrigação de que referida contratação e efetiva prestação de garantias passa a ser oponível à CCR, bem como a substituição da OTP pela CCR nas obrigações assumidas pela OTP na referida 4ª série da Emissão e na Escritura; (ii) mediante Conclusão da Operação, da exclusão da OTP, na qualidade de interveniente garantidora, da Escritura e substituição da OTP pela CCR nos termos indicados no Segundo Aditamento à Escritura, na forma da minuta apresentada ao Debenturista na presente Assembleia ("Segundo Aditamento"); (iii) mediante Conclusão da Operação, da alteração da Cláusula 5.2 e da Cláusula 5.5 da Escritura nos termos do Segundo Aditamento e da exclusão da Cláusula 8.1.4.1, da Cláusula 8.2, da Cláusula 8.2.1, da Cláusula 8.2.2 e da Cláusula 8.2.3 da Escritura; (iv) da celebração do Segundo Aditamento, observada condição suspensiva de Conclusão da Operação e sua inclusão em tal Segundo Aditamento, de acordo com o qual todas as Cláusulas que possuem menção à "OTP", serão atualizadas de forma a prever, como Intervententes Garantidoras no âmbito da Emissão, apenas a CCR, Mitsui & Co. Ltd. e RuasInvest Participações S.A., as quais passarão a ser as únicas Intervententes Garantidoras no âmbito da Emissão. 6. **Lavratura da Ata:** Autorizada a lavratura da presente ata de Assembleia Geral de Debenturistas na forma de sumário. 7. **Abertura:** Foram abertos os trabalhos, tendo sido verificado pela Secretária os pressupostos de quórum e convocação, bem como o instrumento de mandato dos representantes do Debenturista presente, declarando o Sr. Presidente instalada a presente Assembleia. Em seguida, foi realizada a leitura da Ordem do Dia. 8. **Deliberações:** Prestados todos os esclarecimentos necessários, foram aprovados, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, todos os itens da Ordem do Dia. 9. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste documento que não estiverem expressamente aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da Emissão. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 17 de abril de 2017. (*Cópia fiel à lavrada em livro próprio*). Edson Roberto Bueno - Presidente, Julia Raquel de Quiroz Dinamarco - Secretária. Debenturista: BANCO BRADESCO S.A., Edson Roberto Bueno, Bruno Vespa Del Bigio - Bradesco Corretora de Valores Mobiliários, Flávia Regina Brito Gonçalves - São Paulo S.A., Harald Peter Zwetkoff - Presidente, Maurício Dimitrov - Diretor, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Paulo Luiz Ferreira - Procurador, JUCESP nº 196.579/17-0 em 03.05.2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Cyrela Brazil Realty S/A

Empreendimentos e Participações

Companhia Aberta - CNPJ/MF 173.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convidados os acionistas da Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações ("Companhia"), a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 07 de julho de 2017, às 10:30 horas, excepcionalmente fora da sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3600 - 12º Andar - Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Eleição de 1 (um) membro ao Conselho de Administração da Companhia; (ii) Mudança de endereço da sede da Companhia; (iii) Adequação do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia de forma a alterar determinadas alternativas de representação da Companhia; e (iv) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Adicionais - Documentos:** Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia (www.cyrela.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM nº 481/09. **Participação dos Acionistas:** (a) acionista deverá apresentar à Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, documento de identidade e/ou outros documentos que comprovem a representação legal, bem como, conforme o caso, (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia; ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível das ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição custodiante; e (b) o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. **Votação a Distância:** Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviarem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia (Banco Bradesco S.A.), ou diretamente à Companhia, conforme modelo disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do formulário de referência da Companhia. São Paulo, 07 de junho de 2017.

Elie Horn - Co-Presidente do Conselho de Administração

Brasirac Companhia

Brasira de Securitização

CNPJ/MF nº 02.105.040/0001-23 - NIRE 35.300.151.402

ATA DA 96ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BRASIRAC REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017

1. **Data, Hora e Local:** no dia 28 de abril de 2017, às 11:00 horas, na Cidade e Estado de São Paulo, nas dependências da Brasirac Companhia Brasileira de Securitização, localizada na Avenida Paulista, 1439, 2ª Sobrelajeira ("Companhia"). 2. **Convocação:** realizada por meio de carta-convite, enviada por meio eletrônico aos membros do Conselho de Administração em 20 de abril de 2017. 3. **Presenças:** conselheiros, em número equivalente à maioria absoluta exigida pelo parágrafo quarto do artigo 20 e parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social e os Diretores Executivos da Companhia, Onivaldo Scalco e Sérgio Guedes Pinheiro. 4. **Mesa:** Presidente: Cristiane Magalhães Teixeira Portella. Secretária: Fabíola Cristina Rubik. 5. **Ordem do Dia:** (i) examinar, para deliberação, a ata da 95ª Reunião do Conselho de Administração da CIBRASEC, realizada em 10.03.17; (ii) eleger os membros da Diretoria Executiva da companhia para o mandato 2017 a 2019, estabelecendo sua remuneração, demais benefícios e critérios para sua atualização; e (iii) eleger os membros do Comitê de Risco e Tesouraria e do Comitê de Remuneração, ambos para o mandato 2017 a 2019. 6. **Ata:** instalada a reunião, foi submetido à deliberação dos presentes a ata da 95ª Reunião do Conselho de Administração, que foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas. 7. **Eleição da Diretoria:** por unanimidade, os conselheiros decidiram reeleger como Diretor Presidente, acumulando também o cargo de Diretor de Relações com Investidores, o senhor Onivaldo Scalco, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do RG nº 5.576.821-0, inscrito no CPF/MF sob nº 724.774.748-04, com endereço comercial na sede da companhia, e como Diretor de Operações o senhor Sérgio Guedes Pinheiro, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 11.189.375, inscrito no CPF/MF sob nº 265.172.888-80, com endereço comercial na sede da companhia, ficando mantidas as mesmas condições de remuneração e benefícios vigentes nesta data. O mandato dos dirigentes acima mencionados vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em Abril de 2019. 8. **Eleição dos Comitês de Risco e Tesouraria e de Remuneração:** Participaram os conselheiros de Risco e Tesouraria e de Remuneração, ambos vinculados ao Conselho de Administração, os conselheiros, por unanimidade, elegeram a. **Comitê de Risco e Tesouraria:** Onivaldo Scalco - Presidente - Itáú Unibanco - Coordenador; João Carlos Gomes da Silva - Bradesco - Membro; Vasco Cunha Gonçalves - Banco de Brasília - Membro. b. **Comitê de Remuneração:** Fabrício Ianelli - Santander - Coordenador; Lúcio Bertoni - Banco do Brasil - Membro; Ricardo José Andrade Leite Viana - Poupeux - Membro. O mandato dos conselheiros eleitos para compor os comitês acima mencionados vigorará até a realização da Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em Abril de 2019. As declarações de desimpedimento assinadas pelos Diretores reeleitos estão arquivadas na sede da Companhia. Adicionalmente, os conselheiros decidiram estabelecer, como focos prioritários, (a) para o Comitê de Remuneração: a revisão da política de remuneração da companhia, tanto que se refere aos valores fixos como variáveis, de forma a, respectivamente, o lido estabelecido como verba honorária para o exercício de 2017, adequar a política aos melhores práticas de mercado; e (b) para o Comitê de Risco e Tesouraria: (i) a revisão das políticas operacionais atualmente praticadas pela companhia, para reapresentação posterior ao Conselho de Administração; (ii) a análise do mercado de CRA, com vistas a revisão do plano de negócios apresentado pela Diretoria Executiva, para posterior reapresentação ao Conselho de Administração, que estimule o crescimento da inserção da companhia nesse mercado; e (iii) a revisão do nível de capital da companhia, com vistas à melhor utilização dos recursos disponíveis ou sua eventual realocação às necessidades percebidas no atual momento de mercado. Como parte desse processo, a Diretoria Executiva deverá, por ocasião da próxima reunião do Conselho de Administração, apresentar um plano de negócios com novo projeto de atuação comercial, a ser entregue à situação do mercado, especialmente no de CRA, e os caminhos para melhor utilizar a sinergia com seus acionistas com vistas ao crescimento do volume de operações e da rentabilidade da empresa. 9. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura:** nada mais havendo a tratar e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, a Presidente declarou a reunião encerrada, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi pela Presidente aprovada e assinada. (a.a.) Cristiane Magalhães Teixeira Portella - Presidente da Mesa; Fabíola Cristina Rubik - Secretária. **Conselheiros participantes:** Álvaro Alberto Souto Barreto Rezende, Cristiane Magalhães Teixeira Portella, Fabrício Ianelli; João Carlos Gomes da Silva, Lúcio Bertoni, Ricardo José Andrade Leite Viana e Sofia Hitanite Salustiano. São Paulo, 28 de abril de 2017. Certificados em duas cópias, uma para o lido e a outra para o arquivo próprio. **Cristiane Magalhães Teixeira Portella** - Presidente da Mesa, **Fabíola Cristina Rubik** - Secretária. JUCESP nº 254.410/17-0 em 01.06.2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF 56.994.460/0001-37 - NIRE 35.300.056.001

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2017

Data, local e horário: 17/04/2017, às 10 horas, na sede social na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital. **Presenças:** Acionistas detentores de 63,12% do capital social e votante da Brassinter S/A Indústria e Comércio, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". **Convocação:** Os editais de convocação foram publicados nos jornais DOE-SP dos dias 04, 05 e 06/04/2017 e Gazeta de São Paulo dos dias 04, 05 e 06/04/2017. **Mesa:** Dr. José Roberto Torres - Presidente; Thays Regina Martins Fontes Moreira - Secretária. **Ordem do Dia:** (1) Discutir e aprovar o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016; (2) Eleição da Diretoria; e (3) Fixação da remuneração dos administradores. **Deliberações:** (1) Foram aprovados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31/12/2016, que foram publicados nos jornais DOE-SP e Gazeta de São Paulo no dia 05/04/2017. (2) Para compor a Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da AGO de 2018, foram eleitos: como Diretor Presidente o Dr. José Roberto Torres, RG nº 816.012-0 SSP/SP, CPF/MF nº 004.521.908-78, como Diretor Superintendente o Sr. Ary Frederico Torres Neto, RG nº 6.347.970-9 SSP/SP e CPF/MF nº 089.705.358-37, e como Diretor sem designação especial a Sra. Maria Isabel Duarte da Silva, RG nº 7.806.228 SSP/SP e CPF/MF nº 852.308.478-91, todos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 21344, nesta Capital. Os diretores eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estavam impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as normas de consumo, a fé pública ou a propriedade, declarações estas que foram devidamente arquivadas na sede da companhia. (3) Para o exercício de 2017, foi aprovado o limite global de R\$ 1.000.000,00 para a remuneração da Diretoria, a ser individualizado na forma estatutária. (5) Os acionistas reformaram a composição da Diretoria tomando como reuniões realizadas até esta data. **Quorum de aprovação:** Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes, abstendo-se de votar o legalmente impedido. **Encerramento:** O representante da acionista Maria Aparecida Torres de Mello EINHORN deixou consignado os agradecimentos ao Diretor Superintendente Sr. Ary Frederico Torres Neto pelos esforços dispendidos na administração da companhia para melhorar os resultados econômicos e financeiros. Não havendo outros assuntos a serem tratados, foi declarada encerrada a assembleia da qual foi lavrada esta ata na forma de sumário dos fatos que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 17/04/2017. **Assinaturas:** José Roberto Torres - Presidente da Mesa, Thays Regina Martins Fontes Moreira - Secretária da Mesa. Acionistas: José Roberto Torres e ERIZ Participações Ltda. (pp. Thays Regina Martins Fontes Moreira, OAB/SP 87.034), Maria Aparecida Torres de Mello EINHORN (pp. Luiz Roberto Torres Presgrave de Mello). JUCESP - Certificado o registro sob o nº 222.675/17-2 em 17/05/2017. Flávia Regina Brito Gonçalves - Secretária Geral.



ELETROPOLU METROPOLITANA ELÉTRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCACÃO AOS DEBENTURISTAS DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA (QUIROGRAFÁRIA) DA ELETROPOLU METROPOLITANA ELÉTRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Em termos do Artigo 124, §1º, inciso II, do Artigo 71, § 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula VIII da "Escritura Particular da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Da Espécie Sem Garantia Nem Preferência (Quirografária), da Emissão da Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A.", celebrado, em 16 de dezembro de 2005, entre a Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. ("Emissora") e a Pentágono S.A. DTMV ("Agente Fidejussório") conforme aditada ("Escritura de Emissão"), ficam os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Espécie Sem Garantia nem preferência (quirografária), em série única, da 9ª (nona) emissão da Emissora ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente) e o Agente Fidejussório convocados a participar da assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), que se realizará, em primeira convocação, no dia 21 de junho de 2017, às 10 horas, na sede social da Emissora, localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park - Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de apreciar e deliberarem acerca (i) do plano de migração da Emissora para o Novo Mercado - segmento de listagem especial da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Novo Mercado"), a partir do qual a estrutura acionária da Emissora deverá ser composta apenas por ações ordinárias ("Migração para Novo Mercado"), nos termos da deliberação tomada pelo Conselho de Administração da Emissora, em 23 de fevereiro de 2017, cujo teor está disponível no site de relações com investidores da Emissora por meio da ata de reunião do Conselho de Administração e por meio do Fato Relevante divulgado na mesma data, sendo certo que a Migração para o Novo Mercado está condicionada às aprovações societárias necessárias e a um custo não material à Emissora decorrente do eventual exercício do direito de retirada pelos acionistas preferencialistas, o que pode ser causa para que a Administração da Emissora exerça o uso da facultade que lhe é prevista no §3º do Artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, no sentido de desistir da potencial migração ao Novo Mercado e (ii) o consentimento prévio (waiver) para a alteração do controle acionário indireto da Emissora, em decorrência da conclusão da Migração para o Novo Mercado, de modo que a AES Corporation, a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, dentre outros, não detêrão mais o controle acionário indireto da Emissora, sem que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 5.1, alínea (e), da Escritura de Emissão. **Informações Gerais:** Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, os Debenturistas deverão encaminhar até o dia útil anterior à data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, ao Agente Fidejussório, para o e-mail edital@pentagonotruste.com.br, cópia dos seguintes documentos: (a) documento de identidade do representante legal ou procurador; (b) extrato da respectiva conta das Debentures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; e (c) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas e seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecendo às condições legais. No dia de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas deverão se apresentar no local acima indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência munidos de documento de identidade e dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail.

Francisco José Morandi Lopez
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ nº 61.699.567/0043-41

Reificação

Na publicação do balanço patrimonial comparativo com os exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Caderno Empresarial do dia 27/04/2017, nas páginas 141 e 142 nos textos publicados incorretamente, sendo transcrito corretamente abaixo. **Características da Unidade Gerenciada:** O Pronto Socorro Municipais de Taboão da Serra, de agora em diante, denominado PSMTs, foi inaugurado em 1 de Abril de 2013, possui um instrumento de contrato de gestão Nº S-9001/2013, com vigência de 5 (cinco) anos, tendo início em 02 de Novembro de 2013 e término em 01 de Novembro de 2018, com a importância global estimada em R\$ 323.072.000,00 (trezentos e vinte e três milhões, setenta e dois mil reais). O mesmo tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no SUEMTS - Sistema de Urgência e Emergência do Município de Taboão da Serra, visando dar assistência à saúde na atenção básica, assistência médica de média complexidade, de forma integral, com referência e contra referência, construindo o Sistema Único de Saúde - SUS de qualidade. Promover significativa melhoria no acesso aos serviços de atenção à saúde, prestando assistência integral e capacitação dos recursos humanos da região, em consonância com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Lei Federal 10.216/2001. Atualmente, as Unidades Mistas de Taboão da Serra estão compostas por três postos de atendimento, localizados na região de Taboão da Serra distribuídos nos seguintes endereços: Pronto Socorro e Maternidade do Antena, situada na Estr. Tenente José Maria de Cunha, no Jardim Record, Pronto Socorro Infantil, situado na Rua Marechal Artur da Costa e Silva, no Jardim Santo Onofre, Unidade de Pronto Atendimento Dr. Akira Atada, situada na Estr. São Francisco, no Jardim Henriqueta. Em 2016 a unidade PSMTs recebeu recursos no montante de R\$ 67.222.492,36 (sessenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos). 6 - **Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistêmicas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 67.444.313,19 (sessenta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e dezcentos e seis centavos) foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 63.369.856,38 (sessenta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a Instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 4.074.456,81. Esse resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato de gestão, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Este superávit ocorreu em virtude de ações internas como redução de custos e despesas com materiais, medicamentos e pessoal próprio. Além disso, a unidade recebeu aporte no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para custeio, a título de reequilíbrio econômico da unidade. Cabe ressaltar que, a Instituição foi obrigada a quitar empréstimos bancários no montante de R\$ 2.168.993,00 para sanar eventuais despesas com juros e tarifas.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ. : 61.699.567/0043-41
Nota de Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de

Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28/02/2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Ativo	24.293.966,95	84.511.412,69
Ativo Circulante	24.293.966,95	84.511.412,69
Caixa e Equivalentes de Caixa	708.239,75	133.706,60
Bancos conta movimento (nota 3.1)	76.899,39	77.584,90
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	631.340,36	56.121,70
Clientes	22.843.802,34	83.637.934,01
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	4.330.665,13	3.174.304,44
Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (nota 3.3.1)	18.513.137,21	80.463.629,57
Outros Créditos	210.380,06	217.938,51
Antecipações salariais	-	77,15
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	155.121,62	177.198,15
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.2)	39.074,44	37.093,21
Depósito judicial (nota 3.4.3)	16.184,00	3.570,00
Despesas Pagas Antecipadamente	8.760,51	8.912,80
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.6)	8.760,51	8.912,80
Estoques	522.784,29	512.920,77
Material e Medicamentos para Consumo - PSMTS (nota 3.5)	522.784,29	512.920,77
Ativo Não Circulante	131.263.365,35	117.362.358,31
Valores a Receber - Não Circulante	127.600.000,00	113.102.000,00
Valores a receber (nota 3.7)	127.600.000,00	113.102.000,00
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)	3.663.365,35	4.260.358,31
- Bens Móveis	3.663.365,35	4.260.358,31
Imobilizado - Bens de Terceiros	5.451.856,22	5.438.051,74
Ajuste de vida útil - bens de terceiros (1.788.490,87)	(1.788.490,87)	(1.177.693,43)
Total do Ativo	155.557.332,30	201.873.771,00

Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Passivo	24.264.206,67	84.511.412,69
Passivo Circulante	24.264.206,67	84.511.412,69
Fornecedores (nota 3.9)	679.770,00	1.617.354,38
Serviços de Terceiros Pessoa Física/Jurídica (nota 3.10)	498.794,96	1.130.345,13
Salários a pagar (nota 3.11)	1.390.143,03	1.235.239,79
Contribuições a recolher (nota 3.12)	370.681,80	331.294,32
Provisão de férias (nota 3.13)	2.263.856,88	1.892.261,92
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)	180.861,88	151.380,95
Provisão de PIS sobre férias (nota 3.13)	22.638,56	-
Provisão de despesas com quitações (nota 3.3.2)	4.330.665,13	3.174.304,44
Impostos a recolher (nota 3.14)	292.253,25	232.567,31
Obrigações Tributárias (nota 3.15)	209.721,67	201.938,31
Acordo trabalhista a pagar	3.066,00	-
Outras contas a pagar (nota 3.16)	42.519,34	575.996,77
Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.18)	39.512,89	115.941,00
Financiamentos/Empréstimos/parcelamentos Estrutura SPDM	25.475,82	-
Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.17)	13.914.245,46	71.683.795,37
Passivo Não Circulante	131.293.125,63	117.362.358,31
Provisão de Despesas Processos Trabalhistas (nota 3.19.1)	29.760,28	-
Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	5.451.856,22	5.438.051,74
Ajustes de vida útil - Bens Móveis de terceiros (nota 3.8)	(1.788.490,87)	(1.177.693,43)
Valores a realizar (nota 3.7)	127.600.000,00	113.102.000,00
Total do Passivo	155.557.332,30	201.873.771,00
Patrimônio Líquido (nota 5)	-	-
Resultado do Exercício	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	155.557.332,30	201.873.771,00

Comparativo dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	dez/16	dez/15
Descrição		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/periodo	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	46.303.842,41	64.703.743,15
(Aumento) Redução em estoques	(86.291,63)	696.675,60
Aumento (Redução) em fornecedores	(2.115.626,75)	4.254,67
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(41.358.397,88)	(62.250.455,08)
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(596.992,96)	(603.679,68)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	2.146.533,19	2.550.708,66
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	596.992,96	603.679,68
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	596.992,96	603.679,68
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	147.062,45	38.123.274,68
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(2.316.055,45)	(41.195.125,01)
Juros pagos por empréstimos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(2.168.993,00)	(3.071.850,33)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	574.533,15	82.538,01
No início do período	133.706,60	51.168,59
No final do período	708.239,75	133.706,60

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	dez/16	dez/15
1 - Receitas	71.255.986,49	69.600.623,78
1.1) Prestação de serviços	63.049.210,13	61.677.668,07
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores	108.173,11	242.969,55
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	8.098.603,25	7.679.986,16
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (incluindo ICMS e IPI)	35.680.807,71	36.437.306,44
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	5.856.195,72	6.244.200,18
2.2) Serviço de terceiros e outros	29.769.628,99	30.193.106,26
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	13.804,48	-
2.4) Outros	41.178,52	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	35.575.178,78	33.163.317,34
4 - Retenções	-	-
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	35.575.178,78	33.163.317,34
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	220.133,36	101.477,07
6.1) Receitas financeiras	220.133,36	101.477,07
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	35.795.312,14	33.264.794,41
8 - Distribuição do Valor Adicionado	35.795.312,14	33.264.794,41
8.1) Pessoal e encargos	26.513.409,65	24.284.883,63
8.2) Impostos, taxas e contribuições	27.431,43	18.494,39
8.3) Juros	167.950,42	682.203,97
8.4) Aluguéis	673.856,58	599.226,26
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	8.098.603,25	7.679.986,16
8.6) Outras Despesas Financeiras	314.060,81	-
8.7) Superávit/Déficit do Exercício	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2016 e 2015
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. Características da Unidade Gerenciada: O Pronto Socorro Municipais de Taboão da Serra, de agora em diante, denominado PSMTS, foi inaugurado em 1/04/2013, possui um instrumento de contrato de gestão nº S-9001/2013, com vigência de 5 anos, tendo início em 02/11/2013 e término em 01/11/2018, com a importância global estimada em R\$ 323.072.000,00. O mesmo tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no SUEMTS - Sistema de Urgência e Emergência do Município de Taboão da Serra, visando dar assistência à saúde na atenção básica, assistência médica de média complexidade, de forma integral, com referência e contra referência, construindo o Sistema Único de Saúde - SUS de qualidade. Promover significativa melhoria no acesso aos serviços de atenção à saúde, prestando assistência integral e capacitação dos recursos humanos da região, em consonância com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Lei Federal 10.216/2001. Atualmente, as Unidades Mistas de Taboão da Serra estão compostas por três postos de atendimento, localizados na região de Taboão da Serra distribuídos nos seguintes endereços: Pronto Socorro e Maternidade do Antena, situada na Estr. Tenente José Maria da Cunha, no Jardim Record. Pronto Socorro Infantil, situado na Rua Marechal Artur da Costa e Silva, no Jardim Santo Onofre. Unidade de Pronto Atendimento Dr. Akira Atada, situada na Estr. São Francisco, no Jardim Henriqueta. Em 2016 a unidade PSMTS recebeu recursos distribuídos da seguinte maneira: o montante de R\$ 67.222.492,36. Sendo R\$ 65.222.492,36, para despesas relacionadas com o Custeio operacional das unidades e R\$ 2.000.000,00 para despesas relacionadas com Investimento, tais como, compras de equipamentos, obras e reformas para melhoria das unidades. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007. Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis

Comparativo das Demonstrações de Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2016	2015
Receitas	71.147.813,38	69.357.654,23
Receita Bruta de Serviços Prestados Com Restrições	71.147.813,38	69.357.654,23
Prefeitura Municipal Taboão da Serra (nota 4.1)	63.041.549,91	61.677.668,07
Isenção usufruída-INSS Patronal	-	-
Serviços Próprios (nota 9.1)	6.207.356,76	5.820.627,99
Isenção usufruída - COFINS (nota 9.2)	1.891.246,49	1.850.330,04
Trabalho Voluntário Estatutário (nota 9.3)	7.660,22	9.028,13
(+) Outras Receitas Com Restrições	328.306,47	344.446,62
Financeiras	220.133,36	101.477,07
Doações recebidas (nota 4.3)	101.910,11	234.195,55
Outras receitas	6.263,00	8.774,00
(-) Receita Líquida Com Restrições	71.476.119,85	69.702.100,85
(-) Custos Operacionais Com Restrições (nota 4.2)	34.846.650,48	17.037.866,41
(-) Serviços - Pessoal Próprio	5.054.981,97	4.413.720,58
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	22.772.165,46	6.400.572,27
(-) Mercadorias	5.856.195,72	6.198.239,39
(-) Tributos	-	67,68
(-) Custos Financeiros	-	20.209,60
(-) Outros Custos	-	5.056,89
(-) Isenção usufruída-INSS Patronal	-	-
Serviços Próprios (nota 9.1)	1.163.307,33	-
(=) Superávit/Déficit Bruto Com Restrições	36.629.469,37	52.664.234,44
(-) Despesas Operacionais Com Restrições (nota 4.2)	36.315.408,56	52.664.234,44
(-) Serviços - Pessoal Próprio	21.450.767,46	19.871.163,05
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	6.950.450,60	24.391.760,25
(-) Mercadorias	720.869,51	45.960,79
(-) Tributos	27.431,43	18.426,71
(-) Despesas Financeiras	209.128,94	655.082,48
(-) Outras Despesas	13.804,48	1.855,00
(-) Trabalho Voluntário Estatutário (nota 9.3)	7.660,22	9.028,13
(-) Isenção usufruída-INSS Patronal	-	-
Serviços Próprios (nota 9.1)	5.044.049,43	5.820.627,99
(-) Isenção usufruída - COFINS (nota 9.2)	1.891.246,49	1.850.330,04
(-) Outras Despesas	314.060,81	-
(-) Outras Despesas Financeiras	314.060,81	-
(=) Superávit/Déficit Com Restrições (nota 3.21)	-	-

contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias.

	31.12.2016	31.12.2015
Descrição		
Saldo em Caixa	-	-
Saldo em Bancos	76.899,39	77.584,90
Saldo em Aplicações Financeiras	631.340,36	56.121,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	708.239,75	133.706,60

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 708.239,75 demonstrado no quadro acima. **3.2 - Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Rentabilidade	Saldo em	Saldo em	
Financeira	Aplicação	% no Mês	31/12/2016	31/12/2015
Banco do Brasil	Poupança	0,50	2.816,04	1.827,68
Banco do Brasil	CDB	5,42	302.474,40	-
Banco Bradesco	CDB	5,00	21.291,93	54.294,02
Banco Bradesco	FIC	0,77	304.757,99	-
Total			631.340,36	56.121,70

*a rentabilidade da poupança está atrelada as regras do sistema financeiro nacional. **3.3 - Contas a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme Resolução CFC nº 1.305/10 NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assinistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº S-9001/2013 proveniente da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, totalizam R\$ 18.513.137,21. **3.3.2 - Estimativa de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de compensação. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa rescisão contratual entre a SPDM e SMS/TS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% multa) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra		Saldo em 31/12/2016
---	--	---------------------

continuação

ciais, trimestralmente. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2016 são de R\$ 522.784,29.

Tipo	31/12/2016	31/12/2015
Materiais utilizados no setor de Nutrição	17.851,25	18.852,32
Materiais utilizados no setor de Farmácia	200.756,10	173.408,85
Materiais de Almoarifado	253.013,80	271.070,15
Materiais de Terceiros	51.163,14	49.589,45
Total	522.784,29	512.920,77

Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.6 - Despesas Pagas Antecipadamente:** As despesas antecipadas são aquelas pa-

Descrição

Imobilizado-Bens de Terceiros	Posição em 31/12/2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2016	%
Bens Móveis	5.438.051,74	13.804,48	(610.797,44)	(1.778.490,87)	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.729.125,82	1.018,40	-	2.730.144,22	
Equip Processamento de Dados	666.934,93	-	-	666.934,93	
Mobiliário em Geral	1.288.415,24	9.708,00	-	1.298.123,24	
Maq Utens e Equip Diversos	521.998,09	3.078,08	-	525.076,17	
Aparelhos de Medição	14.162,99	-	-	14.162,99	
Apar e Utens Domesticos	89.999,04	-	-	89.999,04	
Maq e Equip de Natureza Indl	49.492,75	-	-	49.492,75	
Equip p/Audio Vídeo e Foto	40.129,00	-	-	40.129,00	
Maq Ferram e Utens de Oficina	31.091,88	-	-	31.091,88	
Outros Materiais Permanentes	6.702,00	-	-	6.702,00	
Total Imobilizado - Terceiros	5.438.051,74	13.804,48	(610.797,44)	(1.778.490,87)	

Descrição

Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	Posição em 31/12/2015	Baixa	Ajuste Vida Útil	Posição em 31/12/2016	%
Bens Móveis	(1.177.693,43)	-	(610.797,44)	(1.788.490,87)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos	(560.690,36)	-	(272.997,90)	(833.688,26)	10
Odontológicos Laboratoriais	(229.568,71)	-	(133.386,72)	(362.955,43)	20
Equipamentos Processamento de Dados	(249.521,90)	-	(129.004,26)	(378.526,16)	10
Mobiliário em Geral	(95.445,76)	-	(52.251,08)	(147.696,84)	10
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(2.851,43)	-	(1.416,36)	(4.267,79)	10
Aparelhos e Utensílios Domesticos	(17.041,96)	-	(8.999,88)	(26.041,84)	10
Maquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(8.489,26)	-	(4.949,28)	(13.438,54)	10
Equipamentos para Audio Vídeo e Foto	(7.364,10)	-	(4.012,80)	(11.376,90)	10
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(5.637,35)	-	(3.109,08)	(8.746,43)	10
Outros Materiais Permanentes	(1.082,60)	-	(670,08)	(1.752,68)	10
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(1.177.693,43)	-	(610.797,44)	(1.788.490,87)	

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.8.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A Instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela Instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância, portaria, remoção de pacientes, serviços de reforma. **3.11 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A Instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente, PIS até o 25 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias	2.263.856,88	1.892.261,92
Provisão de FGTS sobre Férias	180.861,88	151.380,95
Provisão de PIS sobre Férias	22.638,56	-

3.14 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, ISS até o dia 10 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior à data limite. **3.15 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o § 1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2016 referente aos impostos citados acima foi de R\$ 209.721,67 e em 2015 foi de R\$ 201.938,31. **3.16 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2016-R\$	31/12/2015-R\$
Diversos a Pagar	-	(545.383,54)
Provisão de Despesa	(42.519,34)	(30.613,23)
Total	(42.519,34)	(575.996,77)

3.17 - Convênios / Contratos Público a Realizar (Circulante e Não Circulante): De acordo com a Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e Resolução CFC Nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 13.914.245,46, a realizar a longo prazo representa R\$ 127.600.000,00. **3.18 - Empréstimos Materiais de Terceiros:** Em 2016 a unidade PSMTS, registrou um valor de R\$ 39.512,89 (trinta e nove mil, quinhentos e doze reais e oitenta e nove centavos), referente a materiais adquiridos de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade, os mesmos integram o estoque e são registrados nas contas de ativo e passivo circulante. **3.19 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19.1 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto

de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.943.071,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas, onde as ações de possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.160.436,69.

Passivo Contingência - 2016

Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	Possível	Re-Pro-Possível
29.760,28	1.160.436,69	-
1.943.071,00	-	-

de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/09/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Em virtude da característica de gestão de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 1.943.071,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas, onde as ações de possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.160.436,69.

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra - Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Realizado
Saída Hospitalar - Total	1.860	2.131	1.860	2.703	3.720	4.834
Pronto Socorro/Pronto Atendimento(Urgência/Emergência)	-	-	-	-	-	-
Consulta Clínica Médica (PS)	147.048	151.070	147.048	148.088	294.096	299.158
Consulta Traumatologia (PS)	22.464	16.771	22.464	18.406	44.928	35.177
Consulta Ginecologia (PS)	10.080	7.255	10.080	6.996	20.160	14.251
Consulta de Urgência Pediatria	67.408	84.008	67.408	84.332	134.816	168.340
Total	247.000	259.104	247.000	257.822	494.000	516.926

usufruiu ano exercício de 2016, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica em um montante de R\$ 6.207.356,76 (seis milhões, duzentos e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício de 2016 foi de R\$ 1.891.246,49 (um milhão, oitocentos e noventa e um mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos). **9.3 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no Item 9-Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade

pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à Instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 101.910,11. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016 a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

Convênios/Contratos	R\$
Contrato S-90001-2013 - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra	67.222.492,36

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2015 a 31.12.2016. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 67.444.313,19, esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 63.369.856,38. Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a Instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 4.074.456,81. Esse resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato de gestão, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Este superávit ocorreu em virtude de ações internas como redução de custos e despesas com materiais, medicamentos e pessoal próprio. Além disso, a unidade recebeu receitas com investimentos no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), que ainda não foram utilizados em sua totalidade, colaborando com um resultado mais favorável. Cabe ressaltar que, a Instituição foi obrigada a quitar empréstimos bancários no montante de R\$ 2.168.993,00 para sanar eventuais despesas com juros e tarifas. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados.

Produção - 2016		SUS
Linha de Atendimento		4.834
Internações		4.834
Saída Hospitalar		12.954
Nº de paciente dia		630
Nº de Cirurgias (Cesária, Laqueadura e curetagem)		941
Nº de Partos (parto normal, cesária e forceps)		
Pronto Socorro / Pronto Atendimento (Urgência / Emergência)		516.926
Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)		546.125
SADT - Total		546.125



continuação

taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes), pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou pas-

sivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mes-

mo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Taboão da Serra, 31/12/2016.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM. • Dra. Sandra Mirian Bertolini Turati - Diretora Técnica • Lucieni Mauro - Contadora CRC- 1SP 260.424/O-5

Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Superintendentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11/11/2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM. Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2016 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STORÓPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odeldo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hosp.Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Tenc. Da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), **Relatório dos Auditores Independentes: Opinião:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2016, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as de-

monstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30/03/2017. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

CCL LABEL DO BRASIL S/A

CNPJ: 07.593.518/0001-25 - Rodovia Miguel Melhado Campos, s/nº, Km 79 - Vinhedo/SP - Cep: 13280-000
 Balanço Patrimonial (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015					
Ativo	2016	2015	Reservas de lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do patrimônio líquido	
Circulante			Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Caixa e equivalente de caixa	54.451	50.360						
Contas a receber de clientes	50.010	42.157						
Estoques	24.888	22.790						
Tributos a recuperar	3.613	4.753						
Outros ativos	2.460	1.623						
Impostos Diferido	8.020	2.864						
	143.442	124.547						
Não circulante								
Imobilizado	106.742	109.617						
Intangível	5.456	496						
Ágio Incorporação	17.619	0						
	129.817	110.113						
Total do ativo	273.259	234.660						
Passivo	2016	2015	Demonstrações Fluxo de Caixa - Método Indireto - Findos em 31/12/2016 e 2015					
Circulante			2016	2015	2016	2015		
Fornecedores	-47.679	-42.399	Lucro líquido do exercício	-37.347	-21.257	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-68.853	-62.401
Salários e contribuições	-4.307	-3.513	Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa utilizado nas (proveniente das) atividades operacionais:			Recursos provenientes de alienação de Imobilizado	0	0
Impostos a pagar	-6.506	-5.635	Depreciação e amortização	-19.461	-13.238	de Imobilizado	28.510	22.316
Provisões diversas	-4.850	-5.206	Baixa líquida do imobilizado	-12.430	-12.514	Adições ao imobilizado	5.466	456
IRPJ e CSLL a pagar	0	-3.620	Provisão para contingências	356	-3.564	Adições ao intangível	17.619	0
Dividendos e juros sobre capital a pagar	-20.605	-20.605	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-176	41	Ágio na aquisição de investimentos	0	0
Outros passivos	-1.055	0	Provisão para perda estoques	-557	-800	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	51.595	22.772
	-85.002	-80.978	Tributos diferidos	5.156	1.480	Atividades de financiamento:		
Patrimônio líquido			Despesa corrente de impostos de renda e contribuição social	-16.268	-12.784	Dividendos e juros sobre capital distribuídos	8.836	0
Capital social	-9.105	-9.045	Juros sobre Capital Próprio	-10.395	-7.483	Juros s/ Capital Próprio	1.559	6.361
Reservas de lucros	-179.152	-144.637		-91.122	-70.119	Imposto retido no juros sobre capital próprio	-60	1.123
Ajuste de avaliação patrimonial	0	0				Capital Social empresas Incorporadas	-60	0
	-188.257	-153.682				Resultado de Empresas Incorporadas	2.832	0
Total do passivo e Patrimônio Líquido	-273.259	-234.660				Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento (Redução) Acréscimo líquido no numerário disponível e títulos e valores mobiliários	-4.091	-32.145
						Disponibilidade e valores equivalentes		
						No início do exercício	50.360	18.215
						No final do exercício	54.451	50.360
						Aumento (redução) no caixa e equivalentes	4.091	32.145
Demonstração do Resultado do Exercício Findos em 31/12/16 e 2015			Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras 31/12/2016 e 2015					
	2016	2015	1- CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia foi constituída em 31 de agosto de 2005 seu objeto social é a fabricação, o comércio (importação e exportação incluídas) e a distribuição de embalagens (incluindo sem limitação, embalagens metálicas, plásticas e/ou flexíveis), etiquetas e rótulos (incluindo, sem limitação, rótulos adesivos, rótulos manga, rótulos de polipropileno bi-orientados, rótulos termo-encolhíveis e acessórios correlatos, a fabricação, o comércio (importação e exportação incluídas), a representação, o aluguel e a assistência técnica de máquinas utilizadas em processos de embalagens e/ou rotulagem (incluindo, sem limitação, máquinas embaladoras, máquinas codificadoras, impressoras, reimprensoras, aplicadoras de etiquetas e rótulos); bem como suas partes e peças, o comércio (importação e exportação incluídas) de tintas e demais matérias primas para impressão; e a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades. 2- ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e normas complementares da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas alterada pelas					
Receita operacional líquida	-264.754	-205.270	Contas a receber de clientes	8.029	4.625	Leis 11.638/07 e 11.941/09. 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. Estoques: Estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, conforme segue:		
Custos dos produtos vendidos	178.249	138.765	Estoques	2.655	7.239	Móveis e utensílios	10 %	aa
Lucro Bruto	-86.505	-66.505	Tributos a recuperar	-1.140	419	Sistema de Comunicações	10 %	aa
Receitas (Despesas) operacionais			Outras contas a receber	837	-654	Equipamento de processamento de dados	33,33 %	aa
Administrativas e gerais	34.082	23.007	Aumento (redução) nas contas de passivo			Veículos	33,33 %	aa
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	-8.137	-1.182	Fornecedores	-5.280	-13.961	4- CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: Caixa e equivalente de caixa consistem em numerários disponíveis na entidade, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração de fluxo de caixa correspondem:		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	25.945	21.825	Salários e contribuições	-794	-209			
Receitas financeiras	-5.830	-4.678	Impostos e contribuições	-871	21			
Despesas financeiras	17.930	16.796	Impostos de renda e contribuição social	19.888	10.238			
Resultado financeiro líquido	12.100	12.118	Outras contas a pagar	-1.055	0			
Resultado antes dos impostos	-48.460	-32.562						
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.268	12.784						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.156	-1.479						
Lucro líquido do exercício	-37.348	-21.257						
Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015								
	2016	2015						
Lucro líquido do exercício	-37.347	-21.257						
Ajuste de avaliação patrimonial:								
Realização do custo atribuído, líquido do imposto de renda	-11.112	-11.305						
Total do resultado abrangente do exercício	-48.459	-32.562						
Alexia Guerra de Azeredo Diretora Presidente								
Áurea Pereira Fronza Contadora - CRC- 1SP261970/O-0								

